



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Quando é que se define o plano de trabalho para a reforma da Administração Pública?

Após o Retorno à Pátria, o Governo tem promovido, em todos os mandatos, a reforma da Administração Pública, aliás, desde o Programa da Reforma da Administração Pública, o Governo Íntegro, a Optimização dos Recursos Humanos e a Simplificação Administrativa até à posição do presente Governo de tomar a reforma da Administração Pública como foco da governação. Pode-se afirmar que tem sido dada continuidade à reforma da Administração Pública de Macau, mas não se registou ainda um resultado satisfatório para a população. Nos últimos anos, o Governo tem-se dedicado ao desenvolvimento da governação electrónica, acelerando a integração dos serviços ao nível funcional, o que, de certa forma, aumentou a eficiência administrativa. Contudo, a sociedade apresentou várias dúvidas sobre a segurança e a estabilidade da governação electrónica, a integração dos serviços públicos, a cooperação interserviços e o rumo a seguir na reforma da Administração Pública. As autoridades devem acelerar o ritmo da reforma, definido um plano de trabalho, com vista a clarificar o rumo e o plano de desenvolvimento da reforma da Administração Pública de Macau.

Quanto à governação electrónica, com a entrada em vigor da respectiva lei, registou-se um desenvolvimento do serviço “conta única”, pois os cidadãos podem aceder a diversos serviços digitalizados do Governo através da aplicação, o que até



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

facilita a gestão interna do Governo em termos de recursos humanos, administrativos e financeiros. Mas as recentes avarias do sistema de conta única suscitaram preocupações com a sua estabilidade e segurança. O Governo deve aprender com essa experiência, no sentido de, ao empenhar-se em desenvolver a governação electrónica, reforçar a estabilidade e a segurança do sistema, inclusivamente a reparação e manutenção do *hardware* e do *software*, aumentando a cibersegurança. Deve também definir mecanismos de coordenação de contingência para incidentes de graus diversos, aperfeiçoando os planos suplentes, com vista a melhor preparar-se para a inclusão de mais serviços na “conta única”.

O Chefe do Executivo apontou que as direcções de serviços eram demasiadas, portanto, era necessário recorrer ao sistema de “grandes serviços”, daí a fusão de vários. O Gabinete de Comunicação Social, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, a Direcção dos Serviços para os Assuntos da Sede do Governo e a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico também foram alvo de fusão e reorganização de funções. Esta medida é vantajosa para a simplificação e a racionalização dos serviços públicos, a optimização da distribuição do pessoal e a integração de recursos, mas, ao mesmo tempo, suscita problemas quanto à redefinição de funções e à mudança do rumo de desenvolvimento, e os trabalhadores têm dificuldade em adaptar-se de imediato. As autoridades devem racionalizar, quanto antes, os trabalhos, e tranquilizar o pessoal, pois só assim é possível obter melhores efeitos na reestruturação dos serviços públicos. Mais, com vista à articulação com a implementação da “Lei da actividade farmacêutica no âmbito da medicina tradicional



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

chinesa e da inscrição de medicamentos tradicionais chineses”, as autoridades pretendem criar uma direcção de serviços para a regulação de medicamentos, entendendo que a separação entre a medicina e a farmacologia é vantajosa para a regulação e a industrialização da medicina tradicional chinesa. As autoridades devem ponderar a adequabilidade subjacente à criação de uma direcção de serviços e esclarecer o público sobre a necessidade desta criação.

O Relatório das LAG refere o seguinte: “(...) *com vista à construção de um Governo íntegro, moderno e servidor, altamente eficiente, e que proporciona condições favoráveis à vida da população e à actividade das empresas. Pretendemos, no essencial, elevar a eficiência da Administração Pública, reforçar nos seus trabalhadores a consciência de bem servir, a conduta ética, a integridade e de «ter por base os interesses da população», rejeitando a burocracia*”. No passado, a sobreposição de funções e a ambiguidade de competências e responsabilidades, detectadas em vários serviços públicos, resultaram numa baixa eficiência administrativa, situação a que acrescem a prática dos serviços públicos de empurrar, entre eles, as responsabilidades e uma má cooperação interserviços. Em especial, a cooperação interserviços tem sido alvo de críticas da população, e o caso dos portões corta-fogo do Edifício do Bairro da Ilha Verde já deixou explícita a gravidade desse problema, havendo inúmeros casos deste género. As autoridades afirmaram que era possível uma coordenação através das reuniões sobre os assuntos governativos, mas é duvidoso o seu efeito. Se no meio disto estiverem envolvidas questões jurídicas e relacionadas com as competências dos serviços, as autoridades conseguem resolvê-las de forma atempada? Qual é o futuro caminho a seguir pela reforma da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Administração Pública?

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo assinou com o Grupo Alibaba o Acordo-Quadro para a Cooperação Estratégica na Área da Construção de uma Cidade Inteligente para fazer de Macau uma cidade inteligente, o qual abrange o desenvolvimento da governação electrónica, e afirmou que pretendia prolongar a cooperação depois de Junho deste ano. Existem novos planos para o desenvolvimento da governação electrónica de Macau? Como é que isto vai contribuir para o aumento da segurança e estabilidade da “conta única”?

2. Segundo as autoridades, entre finais do ano passado e o início deste ano, será definido um plano para o rumo a seguir na reforma da Administração Pública, assim como os trabalhos respectivos. Que reforma vai ser efectuada? Vão ser definidos uma calendarização e um programa?

19 de Abril de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam Lon Wai